



Boletim GeoÁfrica
Volume 2, Número 5, 2023

***EDITORIAL. CIDADES E URBANIZAÇÃO NA ÁFRICA SUBSAARIANA E
EM MOÇAMBIQUE***



Por Frédéric Monié

1

Frédéric Monié
Programa de Pós-Graduação em Geografia
(PPGG), Universidade Federal do Rio de
Janeiro (UFRJ); Coordenador do GeoÁfrica
orcid.org/0000-0002-8738-3301
Contato. fredericmonie@igeo.ufrj.br

Como citar:
MONIÉ, F. Editorial. Urbanização e dinâmicas
urbanas na África subsaariana e em Moçambique.
Boletim GeoÁfrica, v. 2, n. 5, p. 1-11, jan.-mar.
2023.



EDITORIAL. CIDADES E URBANIZAÇÃO NA ÁFRICA SUBSAARIANA E EM MOÇAMBIQUE

O Boletim GeoÁfrica consagra seu 5º número, organizado por Frédéric Monié e Joaquim Maloa, à temática *Cidades e urbanização na África subsaariana e em Moçambique*, problemática que levanta questionamentos teóricos, analíticos e empíricos considerados particularmente relevantes pelos editores da revista. Com efeito, a África subsaariana é ainda a região menos urbanizada do Mundo e cujo processo de urbanização se singulariza pelo seu caráter tardio, pela sua intensidade e pela sua complexidade. Entre 1950 e 2015, a população urbana do continente africano como um todo passou de 27 para cerca de 600 milhões de habitantes. Ou seja, aproximadamente metade da população vive hoje em centros urbanos. Apesar da precariedade das estatísticas disponíveis, podemos afirmar que a população urbana cresce, que o número de aglomerações aumenta e que o tamanho das cidades vem crescendo. No entanto, vários problemas dificultam uma apreensão muito precisa do processo de urbanização.

2

Problemas metodológicos: o que é urbano?

A análise da urbanização depara-se com a heterogeneidade das definições da população urbana. Precisa-se distinguir cidade, aglomeração e região metropolitana. A *cidade* é uma entidade político-administrativa cujo estatuto jurídico e limites populacionais e territoriais são definidos pelo Estado (HEINRIGS, 2021). Mas, cada país escolhe critérios próprios, o que dificulta as comparações internacionais. Os limites populacionais definindo a cidade oscilam, na África, entre 2.000 habitantes na Angola e 10.000 no Senegal. Em alguns países, o critério quantitativo não é considerado, em benefício do status da *urbe*: comunas do Togo, sedes de departamento no Gabão etc. Essa definição funcional pode ser relevante quando aglomerações modestas são dotadas de atributos administrativos que lhe conferem certa urbanidade e poder decisório em termos de ordenamento do território. Por sua parte, a *aglomeração* é definida com base numa abordagem mais espacial considerando a densidade da ocupação do solo calculada a partir do número de habitantes por unidade de superfície (hectare, quilometro quadrado etc.) ou pela distância máxima separando as habitações (HEINRIGS, 2021). Critérios como o número mínimo de habitantes, a população não agrícola, a existência de equipamentos de uso coletivo etc. permitem definir se



estamos em presença de uma aglomeração. A *região metropolitana* tem uma dimensão mais funcional por ser uma estrutura espacial integrada por redes e fluxos de pessoas, mercadorias e trocas imateriais. Na maioria dos casos, exerce sua centralidade sobre um conjunto de cidades de menor porte situados na sua área de influência. A África do sul é o único país africano reconhecendo essa categoria. O Gauteng, região urbana polarizada por Joanesburgo, é o melhor exemplo da relevância dessa categoria.

Problemas metodológicos: os dados

A apreensão do fenômeno da urbanização é, em primeiro lugar, dificultada pelo seu dinamismo. A população urbana cresce rapidamente nos períodos intercensitários. Em países como a Nigéria, onde os censos são realizados de maneira irregular, a avaliação quantitativa do fenômeno urbano revela-se complexa. Por outro lado, os censos populacionais são frequentemente realizados em condições precárias: recursos financeiros e técnicos insuficientes, conflitos etc. Em territórios onde o Estado exerce um controle limitado, a insegurança prejudica o levantamento de informações e dados (interior dos países do Sahel central, Leste da República Democrática do Congo - RDC etc.). Na RDC e na Somália, os últimos censos populacionais foram, por exemplo, realizados respectivamente em 1984 e 1975. Ocorrem também problemas de manipulações ou ocultamento dos dados por parte de alguns governos. Enfim, outro problema reside na supervalorização das grandes aglomerações por alguns centros de referência como *World Urbanization Prospects* que, para a África, define as cidades a partir de um patamar mínimo de 300.000 habitantes. Considerando essa definição, o continente conta somente 210 centros urbanos.

As propostas metodológicas de Africapolis

Por seu lado, os pesquisadores de *Africapolis*¹ consideram que as definições estatísticas tradicionais não são suficientes diante da complexidade da urbanização. Por isso, preconizam uma

¹ *Africapolis* é um banco de dados produzido pelo Club du Sahel et de l'Afrique de l'Ouest (CSAO), em colaboração com e-geopolis.org. O objetivo consiste em contribuir à uma nova Agenda urbana e ao Objetivo para o Desenvolvimento Sustentável (ODD) fornecendo uma visão unificada da paisagem urbana africana. <https://africapolis.org/en>



abordagem mais espacial do processo, considerando dinâmicas concretas e morfológicas, como a expansão da mancha urbana, a urbanização de áreas rurais ou o surgimento de regiões metropolitanas (HEINRIGS, 2021). *Africapolis* propõe uma definição unificada da urbanização: uma área urbana tem uma população ultrapassando 10.000 habitantes e seu espaço construído não apresenta descontinuidades superiores a 200 m (HEINRIGS, 2021). *Africapolis* recorre as estatísticas disponíveis em cada país (ou região) e a imagens satélites coletadas no *Google Earth* que alimentam um Sistema de Informação Geográfica – SIG (HEINRIGS, 2021).

Se adotamos essas definições, o continente africano abriga 7.617 aglomerações de mais de 10.000 habitantes contra 210 para *World Urbanization Prospects*. Ainda, segundo *Africapolis*, a África contava 25 aglomerações de mais de 3 milhões de habitantes e 5.000 com menos de 30.000 habitantes em 2015 (HEINRIGS, 2021). Confirmando uma tendência mundial, as cidades pequenas e médias abrigam, portanto, a maioria da população urbana. Os pesquisadores ressaltam também a multiplicação de regiões metropolitanas estruturadas em torno de uma aglomeração-core ou de um conjunto de cidades de menor porte funcionalmente integradas (HEINRIGS, 2021). Essa nova forma de povoamento pode ser transnacional, como o ilustra o caso do *Greater Ibadan Lagos Accra Corridor* caracterizado por uma economia de trocas entre as aglomerações litorâneas do golfo da Guiné mais densa do que entre o litoral e o interior de cada país.

Surgem também unidades morfológicas batizadas “mega-aglomerações espontâneas” agregando diversas zonas urbanas secundárias. As 15 unidades registradas concentram cerca de 36 milhões de habitantes, correspondendo a cerca de 8% da população urbana total (HEINRIGS, 2021). Enfim, *Africapolis* destaca o papel estratégico das cidades médias na estruturação dos sistemas urbanos regionais e nacionais e sua capacidade de conectar-se com redes continentais e globais, em particular através de fluxos mercantis (HEINRIGS, 2021). Na atualidade 1.400 cidades intermediárias concentram mais de 210 milhões de habitantes.

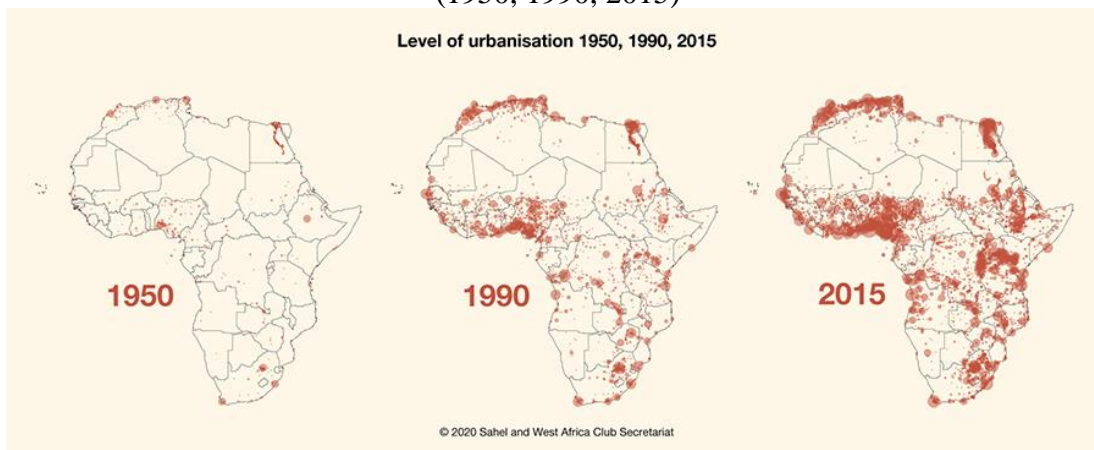
Algumas dinâmicas da urbanização na atualidade

O ritmo atual da urbanização é o mais rápido do mundo e o permanecerá provavelmente nas próximas décadas, pois as reservas potenciais de candidatos ao êxodo rural são consideráveis e o crescimento vegetativo das cidades é alimentado por uma taxa de fertilidade ainda elevada. Por



isso, entre os dez países do Mundo onde a taxa de urbanização é mais rápida, seis são africanos. Porém, apesar de rápido, o crescimento urbano está desacelerando, com exceção da África oriental e de Moçambique onde permanece muito vigoroso.

Figura 1. Nível de urbanização do continente africano
(1950, 1990, 2015)



5

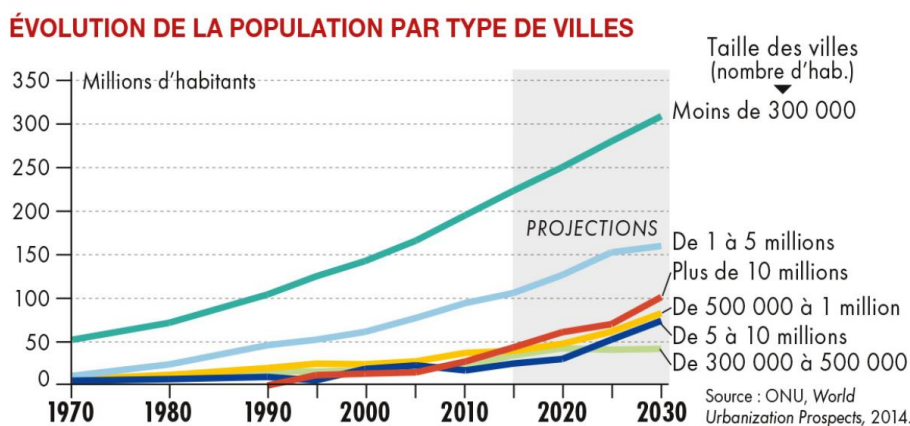
Fonte: Sahel and West Africa Club Secretariat

O êxodo rural, motor do processo de urbanização no Ocidente nos finais do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, é um fenômeno complexo considerando sua multidimensionalidade. Hoje, notamos trajetórias contrastando com as dinâmicas observadas na 2ª metade do século passado quando o êxodo rural era responsável por 75% do crescimento urbano na África. Na atualidade, apesar da pobreza, dos efeitos das mudanças climáticas e da ocorrência de conflitos armados em áreas rurais de muitos países, as tradicionais migrações campo/cidade contribuem somente por 15% do crescimento urbano.

Nas maiores aglomerações (Kinshasa, Lagos etc.), o aumento da população se deve, em primeiro lugar, ao crescimento natural. A combinação da elevada taxa de fecundidade, decorrente da super-representação das classes etárias em idade fértil, e de uma taxa de mortalidade inferior à média nacional, explica o vigor do aumento vegetativo da população. Paralelamente, o elevadíssimo crescimento demográfico, observado em algumas regiões como o Sahel, promove uma urbanização dos espaços rurais.



Outro fenômeno relevante reside no fato que, após décadas de metropolização, as maiores cidades não captam mais a maioria dos fluxos do êxodo rural. Somente um terço dos neo cidadãos se instalariam atualmente nas metrópoles. São as cidades pequenas e médias que mais se beneficiam deste tipo de fluxo. Em consequência disso, o peso relativo das grandes aglomerações na população urbana da maioria dos países africanos tende a diminuir desde a década de 1990.



Essas dinâmicas são produto de um sistema migratório complexo apresentando um perfil nitidamente multidirecional, que conecta espaços rurais, povoados, cidades médias e metrópoles (POURTIER, 2001). Por sua parte, a distinção entre o rural e o urbano se torna menos relevante diante da consolidação de espaços e/ou de práticas socioespaciais híbridas nas cidades pequenas e na periferia de grandes aglomerações.

A urbanização do território moçambicano

Em Moçambique, a urbanização pré-colonial se traduziu pelo estabelecimento de diversos portos marítimos por negociantes árabes. A partir do século XVI, os Portugueses criaram fortalezas, postos militares e entrepostos comerciais. A colonização lusa contribuiu significativamente para a intensificação do processo de urbanização. Foram criadas ou expandidas cidades portuárias visando a melhorar a conexão entre a colônia e a metrópole. Lourenço Marques, Beira e Nacala constituem as principais pontas de corredores ligando uma ampla hinterlândia transnacional ao extenso litoral moçambicano. Esses corredores latitudinais abrigam também



idades interioranas como Tete, Nampula, Chimoio ou Lichinga, que consolidam com o tempo uma função de lugar central em escala regional.

No século XX, assistimos a uma mudança do centro de gravidade do território moçambicano em direção a região meridional. As opções geopolíticas de Portugal, favorável à uma maior integração com a África austral, conferiram uma posição estratégica à Lourenço Marques que se tornou a nova capital da colônia em 1898 em detrimento da Ilha de Moçambique. A proximidade com o Gauteng e o sul de Zimbábue foi decisiva neste processo. A construção de uma ferrovia conectando o Gauteng ao porto de Lourenço Marques, favoreceu uma integração funcional complementada por acordos estimulando as migrações de trabalhadores moçambicanos para as minas sul-africanas.

Durante as guerras de Independência (1964-1974/75) e civil (1977-1992), o afluxo de deslocados em Maputo aumentou a assimetria entre o extremo sul e o resto do país. Desde então, a centralidade da capital aumentou consideravelmente apesar de uma situação geográfica muito periférica, da vulnerabilidade frente as mudanças climáticas e de uma conectividade penalizada pela ausência de um eixo meridional de circulação terrestre de grande capacidade entre o Sul e o Norte do país. No entanto, Maputo é responsável por mais de 35% do PIB graças a concentração das atividades industriais e terciárias mais sofisticadas. A integração à economia da região urbana do Gauteng contribui, também, para a consolidação desta centralidade.

7

Mapa 1. Mapa político de Moçambique





Tabela 1. Hierarquia urbana moçambicana (2015)

	Cidade	População
1	Maputo	1.080.277
2	Matola	1.032.197
3	Nampula	663.212
4	Beira	592.090
5	Chimoio	363.336
6	Tete	307.338
7	Quelimane	246.915
8	Lichinga	242.204
9	Pemba	200.529
10	Xai-Xai	132.884
11	Inhambane	82.119
Total	-	4.943.101

Fonte: INE. Elaboração: Frédéric Monié

Se a taxa de urbanização moçambicana permanece relativamente baixa – cerca de 36% - o ritmo do crescimento urbano permanece rápido, em decorrência do crescimento vegetativo e, num grau menor, das migrações campo/cidade (MALOA, 2019). Observamos, também, mudanças relevantes na estrutura do sistema urbano nacional e nas lógicas da produção do espaço urbano, transformações em grande parte relacionadas a intensificação da inserção de Moçambique nos circuitos econômicos e comerciais da globalização (BAIA, 2011). A rede urbana é atualmente caracterizada pelo dinamismo de cidades médias e pequenas que recebem investimentos em atividades extrativistas, em particular nas províncias de Tete e Cabo Delgado. Por sua parte, o crescimento do turismo internacional dinamiza a economia urbana na fachada marítima do centro do país. Algumas cidades intermediárias confortam, também, sua posição de lugar central regional graças a instalação de unidades de ensino superior oferecendo cursos de graduação e pós-graduação. Por seu lado, Maputo consolida sua primazia sobre a rede urbana nacional graças a investimentos maciços em infraestruturas logísticas e em atividades terciárias (setor financeiro, imobiliário, telecomunicações, serviços, comércio, sedes de empresas etc.).



Bibliografia

BAIA, A. H. M. Os meandros da urbanização em Moçambique. **GEOUSP Espaço e Tempo**, v. 15, n. 2, p. 3-30, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74202>.

HEINRIGS, P. Africapolis: comprendre les dynamiques de l'urbanisation africaine. Enjeux et perspectives des services essentiels en Afrique à l'horizon 2030. **La revue de l'Institut Veolia. Facts Reports**, n°22, 20221, p.18-23.

MALOA, J. M. A urbanização moçambicana contemporânea: sua característica, sua dimensão e seu desafio. **Urbe, Revista Brasileiras de Gestão Urbana**. V. 11. 2019, DOI: 10.1590/2175-3369.011.e20180101

POURTIER, R. **Afriques Noires**. Paris: Hachette, 2001.



9

As entrevistas concedidas ao *Boletim GeoÁfrica* pelos pesquisadores Rogers Justo Mateus Hansine e Inês Macamo Raimundo, ambos da Universidade Eduardo Mondlane (Maputo, Moçambique), confirmam a relevância dos estudos urbanos, num cenário marcado por mudanças nas modalidades do processo de urbanização e nas dinâmicas intra-urbanas. Crítico das abordagens macrosociais e do recurso à quadros analíticos herdados das teorias da modernização, Rogers Hansine propõe abordagens mais contextualizadas dos estudos demográficos e/ou urbanos para alcançar um nível mais aprimorado de compreensão dos comportamentos das populações urbanas. A professora Inês Macamo Raimundo também destaca também a necessidade de contextualizar os estudos sobre a problemática da insegurança alimentar que não pode ser abordada exclusivamente a partir de dados e informações padronizadas. As pesquisas qualitativas são, portanto, necessárias para atribuir maior relevância as representações da alimentação pelos sujeitos entrevistados.

No seu artigo intitulado *A imigração africana e os novos espaços urbanos no município da cidade de Maputo*, Inocência Felicidade Bata Muianga e Inês Macamo Raimundo analisam a contribuição à produção do espaço urbano de migrantes africanos que contribuem para a transformação das paisagens materiais e imateriais de Maputo. Por sua parte, Alice Abdala Omar; Hagira Naide Gelo Machute; Carlota Raimundo Manjate e Tomás Benjamin Machili propõem, no texto *Cidades e/ou zonas urbanas: uma análise no contexto da urbanização e qualidade de vida urbana em Moçambique*, uma reflexão sobre os desafios da geração de ambientes de bem-estar



10

nos centros urbanos onde as populações mais carentes sofrem da precariedade dos equipamentos e serviços de uso coletivo. Os mesmos problemas são abordados por Alice Abdala Omar e Reginaldo Rodrigues Moreno Muacuveia em *Dinâmicas do crescimento urbano e tendências de transformações da cidade de Nampula*, estudo geohistórico do processo de urbanização da aglomeração nampulense, que apresenta hoje a estrutura complexa e diversificada de um lugar central regional. Joaquim Maloa *et al.* se debruçam, do seu lado, sobre a problemática da violência que acompanha o processo de urbanização moçambicano. O artigo *Violência do processo da urbanização em Moçambique: análise da construção dos muros residências* analisa algumas das consequências do aumento da criminalidade sobre a qualidade de vida da população e a paisagem das cidades, onde proliferam empresas de segurança privada e muros altos separando as residências do espaço público. O mesmo autor analisa, no texto intitulado *Gentrificação em Moçambique: a produção do espaço desigual na metrópole de Maputo e Beira*, o processo de “enobrecimento” de alguns espaços urbanos caracterizados por uma substituição dos moradores mais carentes por residentes pertencendo a grupos sociais dispendo de maior poder aquisitivo. Maloa *et al.* demonstram, com o auxílio de imagens do *Google Earth*, de que maneira esse fenômeno se intensificou à medida que aumentava a desigualdade socioespacial nas metrópoles de Maputo e Beira.

Na sessão *GeoImagens*, no texto *O “Novo Central C”: expressão de uma nova centralidade? Olhares sobre uma nova paisagem urbana* Frédéric Monié apresenta, com base em fotografias, imagens satélites e cartas-imagens a transformação funcional e paisagística de uma área da “Baixa de Maputo” palco atual de investimentos de grande parte lhe conferindo uma centralidade crescente em diversas escalas geográficas.



Na sessão *Varia*, Francisco Carlos da Conceição e Bénét Justina Machava analisam um aspecto geopolítico extremamente relevante da pandemia de COVID-19. O artigo *China e COVID-19 em Moçambique: solidariedade ou interesse?* ressalta de que maneira o *soft power* chinês, que se materializou em particular pela distribuição maciça de vacinas a países africanos, combina ação



solidária e interesses geoeconômicos e geopolíticos visando a consolidar a inserção da potência asiática no tabuleiro de xadrez das relações internacionais.



Por sua parte, o Professor e pesquisador João Lima apresenta, na sessão *Áfricas na Pós-Graduação*, os resultados de sua pesquisa de doutorado sobre a cidade média de Mocuba (Moçambique). A produção do espaço urbano apresenta um caráter híbrido combinando influências ancestrais (saber local) e atributos da modernidade ocidental, mais presentes nos arcabouços institucionais que organizam o processo e na paisagem arquitetônica.



Para concluir, Sérgio Alimo Carlos resenha a obra Mawana Wa Maloa intitulada *Urbanização Moçambicana Contemporânea: O processo da sua formação* que interpreta do processo de urbanização de Moçambique numa perspectiva de Geografia Histórica evidenciando a dualização secular das dinâmicas de produção do espaço urbano.